

PM-MA

Polícia Militar do
Maranhão

Soldado

- ★ Língua Portuguesa
- ★ História do Brasil
- ★ História do Maranhão
- ★ Geografia do Brasil
- ★ Geografia do Maranhão
- ★ Noções de Informática
- ★ Legislação Pertinente à PM-MA (On-line)
- ★ Legislação Institucional (On-line)

DE ACORDO COM EDITAL N° 1 - PMMA, DE
10 DE JULHO DE 2026

 **NOVA**
CONCURSOS



Conteúdo de
acordo com Edital
Questões gabaritadas
da banca CEBRASPE
Legislação comentada

Polícia Militar do Maranhão

PM-MA

Soldado

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Soldado de acordo com o Edital nº 1 – PMMA, de 10 de Julho de 2026, do Polícia Militar do Maranhão - PM-MA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE, organizadora contratada para a realização do certame, questões de bancas variadas, para que você amplie seu repertório de prática, e questões inéditas, preparadas por profissionais da área para melhor atender às necessidades do edital e aproximar a prática do estilo de cobrança da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	11
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	14
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	25
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	27
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO.....	32
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	38
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	39
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	42
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	44
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	50
Colocação dos Pronomes Átonos	60
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	60
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	67
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	71
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO.....	73
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	73
SINONÍMIA	73
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO, REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO, REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	75
HISTÓRIA DO BRASIL	89
■ A CONTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS E NEGROS PARA A FORMAÇÃO DO BRASIL.....	89
■ A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	90
A REPÚBLICA VELHA E AS ESTRUTURAS OLIGÁRQUICAS	91
■ ECONOMIA E SOCIEDADE: O CAFÉ E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	92

■ A REVOLUÇÃO DE 1930.....	92
■ A ERA VARGAS: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE	92
■ O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 A 1964) – A REDEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DE 1946.....	94
A POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO GOVERNO JK	95
■ A CRISE DO REGIME DEMOCRÁTICO – O GOLPE DE 1964	98
■ A CRISE DO REGIME MILITAR E A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	102
■ O BRASIL POLÍTICO: NAÇÃO E TERRITÓRIO	106
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	106
CONSTITUIÇÕES	111
HISTÓRIA DO MARANHÃO.....	131
■ FRANÇA EQUINOCIAL – EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE E FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS	131
■ BATALHA DE GUAXENDUBA	131
■ CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO	132
■ INVASÃO E EXPULSÃO DOS HOLANDESES	133
■ ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ.....	133
REVOLTA DE BEQUIMÃO (CAUSAS E OBJETIVOS DA REVOLTA)	134
COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ	134
■ PERÍODO DO IMPÉRIO E ADESÃO DO MARANHÃO.....	135
■ INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	136
■ CAUSAS DA NÃO ADESÃO	136
BATALHA DO JENIPAPO	137
■ BALAIADA: CARACTERIZAÇÃO E CAUSAS DO MOVIMENTO	137
■ PERÍODO REPUBLICANO: ADESÃO DO MARANHÃO À REPÚBLICA	138
■ REVOLUÇÃO DE 1930 NO MARANHÃO	138
■ PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS OCORRIDOS NO MARANHÃO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	139

.....

GEOGRAFIA DO BRASIL.....	143
■ A INTEGRAÇÃO AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA.....	143
■ A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E APROVEITAMENTO, DESPERDÍCIO E POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	144
A DINÂMICA DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E SUA EXPANSÃO PARA O CENTRO-OESTE E A AMAZÔNIA	147
■ INTEGRAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA, ESTRUTURA URBANA, REDE DE TRANSPORTES E SETOR AGRÍCOLA NO BRASIL.....	158
A REDE BRASILEIRA DE TRANSPORTES E SUA EVOLUÇÃO E A ESTRUTURA URBANA BRASILEIRA E AS GRANDES METRÓPOLES	158
■ A POPULAÇÃO BRASILEIRA E A DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	161
ESTRUTURA ETÁRIA	163
OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS E EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO AO LONGO DO SÉCULO XX	164
GEOGRAFIA DO MARANHÃO.....	175
■ LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO.....	175
SUPERFÍCIE.....	175
LIMITES E LINHAS DE FRONTEIRA	175
PONTOS EXTREMOS	175
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA).....	175
■ PARQUES NACIONAIS	176
■ CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA.....	177
■ GEOMORFOLOGIA.....	179
CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS	179
CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES (PARNAÍBA, GURUPI E TOCANTINS-ARAGUAIA) E BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES	180
PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS	182
GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: POPULAÇÃO ABSOLUTA, DENSIDADE DEMOGRÁFICA, POVOAMENTO E MOVIMENTOS POPULACIONAIS	185
■ AGRICULTURA MARANHENSE: CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS	187

CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA.....	187
■ SETOR TERCIÁRIO, PARQUE INDUSTRIAL E EXTRATIVISMO VEGETAL, ANIMAL E MINERAL: INDÚSTRIAS DE BASE, INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO, COMÉRCIO, TELECOMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	190
■ MALHA VIÁRIA.....	190
■ PORTOS E AEROPORTOS	192
■ CULTURA MARANHENSE.....	192
LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PM-MA	197
■ DECRETO Nº 88.777/1983 E SUAS ALTERAÇÕES (REGULAMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES).....	197
■ DECRETO-LEI Nº 1.001/1969 E SUAS ALTERAÇÕES (CÓDIGO PENAL MILITAR)	204
■ LEI ESTADUAL Nº 6.513/1995 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO MARANHÃO).....	210
■ LEI ESTADUAL Nº 10.823/2018 E SUAS ALTERAÇÕES (CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO)	210
■ LEI Nº 14.751/2023	236
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	251
■ LEI ESTADUAL Nº 6.513/1995 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO MARANHÃO)	251
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	281
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	281
NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	281
■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTE MICROSOFT OFFICE).....	300
■ REDES DE COMPUTADORES.....	330
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	330
PROGRAMAS DE CORREIO ELETRÔNICO (MICROSOFT OUTLOOK)	331
PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROME E SIMILARES).....	335
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET.....	336

GRUPOS DE DISCUSSÃO.....	338
REDES SOCIAIS.....	338
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA.....	339
COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	343
NOÇÕES DE MALWARE, VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS	347
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.)	355
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP E ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUD STORAGE)	358
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	367
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	367
ANALOGIAS.....	367
INFERÊNCIAS.....	367
DEDUÇÕES	367
CONCLUSÕES	367
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	368
COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS	368
PROPOSIÇÕES SIMPLES	369
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	371
TABELAS VERDADE.....	373
■ EQUIVALÊNCIAS	375
LEIS DE MORGAN	380
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	383

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

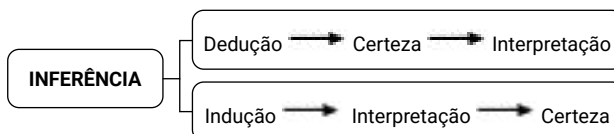
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma

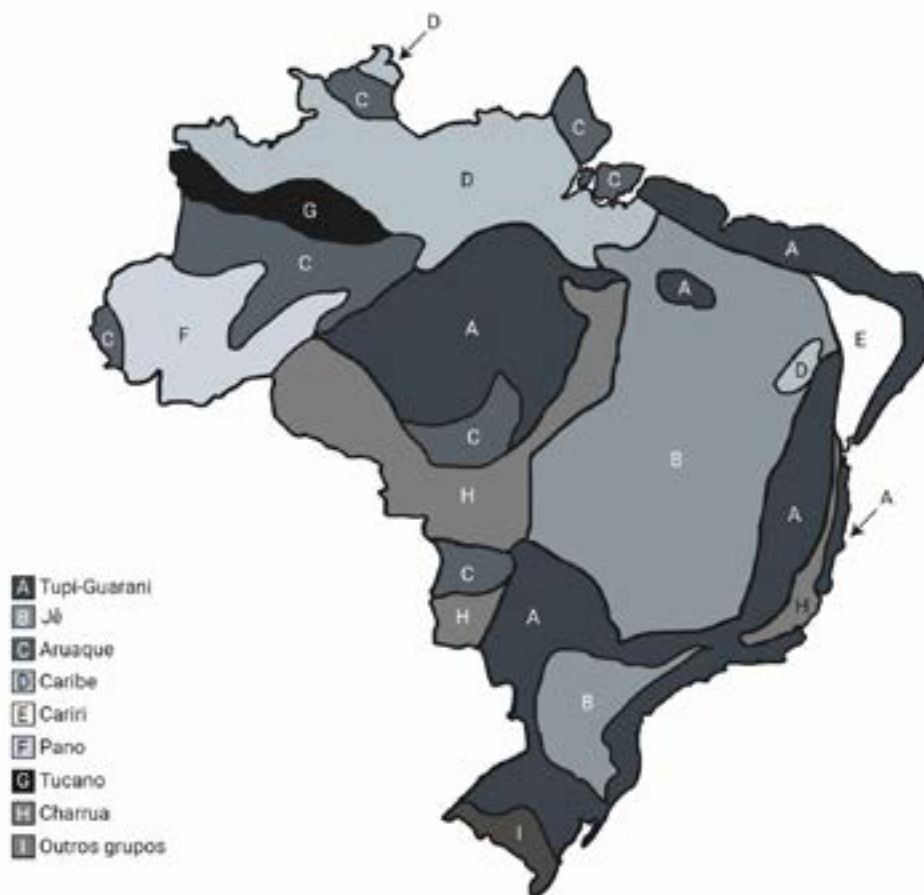
HISTÓRIA DO BRASIL

A CONTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS E NEGROS PARA A FORMAÇÃO DO BRASIL

OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os povos indígenas que ocupavam o território do Brasil podem ser classificados em quatro grandes troncos linguísticos, a saber:

- **Tupi:** viviam no litoral e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Utilizavam-se da pesca, caça e coleta na mata. Eram considerados desse tronco os tamoios, os guaranis, os tupinambás, os tabajaras, entre outros;
- **Macro-Jê:** algumas comunidades viviam na Serra do Mar, mas se localizavam, principalmente, no Planalto Central. Apenas no século XVII, foi que os grupos macro-jê passaram a ser atacados, por conta da escravização indígena. Eram considerados desse tronco os timbiras, os aimorés, os Goitacazes, os carijós, os carajás, os bororós, os botocudos, entre outros;
- **Karib:** ocupavam a região da Planície Amazônica, além dos atuais Amapá e Roraima. Bastante hostis aos invasores, praticavam, inclusive, a antropofagia. Assim como os macro-jê, entraram em contato com os brancos no século XVII, por conta dos aldeamentos religiosos e das fortificações militares. Eram considerados desse tronco os atroari e os uaimiri;
- **Aruak:** estabeleciam-se na região amazônica e na Ilha de Marajó, com destaque para seus utensílios em cerâmica. Eram considerados desse tronco os aruá, pareci, cunibó, guaná e terena.



Fonte: Atlas Histórico Escolar. 8ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 12.

HISTÓRIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL – EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE E FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

Por volta de 1613, informações começaram a surgir sobre outro projeto estrangeiro para o Maranhão, conhecido posteriormente como França Equinocial. Ao contrário de ingleses e holandeses, que inicialmente estabeleceram pequenos complexos comerciais e feitorias nas margens dos rios, os franceses empreenderam uma ação que, apesar de suas dimensões limitadas, envolvia uma ocupação militar-civil, ocorrida entre 1612 e 1615.

O projeto da França Equinocial começou a se concretizar com base no relatório elaborado por Charles De Vaux, um dos navegadores que explorava o norte de Pernambuco. De Vaux, após passar anos entre os indígenas da nação tupinambá, convenceu Henrique IV a iniciar os planos para a ocupação dessa parte da América Portuguesa.

Em 1611, a regente francesa Maria de Médici emitiu instruções gerais para a efetivação do projeto. A frota, composta por três navios e cerca de 500 homens, partiu do porto de Cancale, na Bretanha, em março de 1612, fazendo escalas em Fernando de Noronha e na capitania do Ceará antes de chegar ao Maranhão em julho de 1612.

Os franceses ocuparam inicialmente uma das ilhas menores, Santa Anna, e, em seguida, transferiram-se para a ilha de Upaon-Açu, onde estabeleceram imediatamente uma fortificação, o Forte de Saint-Louis, em referência ao rei francês, Luís XIII. O povoado da França Equinocial daria, então, origem à cidade que se tornaria a capital do Maranhão, São Luís.

Em outubro de 1612, o governo espanhol, recebendo informações precisas sobre as atividades francesas na ilha do Maranhão, acelerou seus planos para a conquista do território.

Os portugueses, por sua vez, decidiram reivindicar a região, expulsando os franceses por meio de uma ação militar liderada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, composta por soldados portugueses e pernambucanos, além do amplo apoio indígena.



Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Fonte: Instituto Geográfico do Maranhão (IHGM).

Jerônimo de Albuquerque Maranhão nasceu em Olinda, Pernambuco, em 1548. Era mameluco, filho da indígena Maria do Espírito Santo Arco Verde e do português Jerônimo de Albuquerque, que chegou ao Brasil em 1535, em companhia de seu cunhado, Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão foi o primeiro brasileiro a comandar uma força naval para defender o Brasil, sendo o herói da conquista do Maranhão durante a expulsão dos franceses da França Equinocial, e também fundador da atual capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal.

BATALHA DE GUAXENDUBA

A FRANÇA EQUINOCIAL E A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

A presença francesa no litoral maranhense resultou de um projeto de colonização batizado de França Equinocial, que pretendia fixar a coroa francesa na faixa tropical da América do Sul. Em março de 1612, uma expedição partiu do porto de Cancale, na Bretanha, sob o comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, reunindo cerca de quinhentos homens vindos de Cancale, Granville e Saint-Malo. O objetivo era estabelecer uma base permanente numa região ainda pouco ocupada pelos portugueses.

A ocupação se materializou na ilha do Maranhão com a construção de um forte de madeira, o Forte de São Luís, cujo nome homenageava o rei francês Luís XIII e o santo medieval Luís IX. A data de fundação, marcada por uma missa celebrada por frades capuchinhos, costuma ser fixada em 8 de setembro de 1612. Desse núcleo fortificado nasceu a cidade de São Luís, que permanece até hoje como a única capital brasileira fundada por europeus que não eram portugueses.

Nos primeiros anos, os franceses estreitaram alianças com povos indígenas da região, sobretudo os tupinambás, o que lhes garantiu mão de obra, informação e apoio militar. Essa rede de alianças explica a superioridade numérica que eles ainda exibiriam no confronto decisivo. A instalação, porém, contrariava as pretensões portuguesas sobre o litoral, e a resposta de Portugal logo começou a se organizar a partir de Pernambuco.

GEOGRAFIA DO BRASIL

A INTEGRAÇÃO AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

O Brasil é um país com enorme potencial para se firmar entre as grandes potências do mundo.

Porém, após um crescimento considerável no início deste século, na última década o processo de crescimento econômico e os números do nosso PIB (produto interno bruto, ou seja, total de riquezas que o país produz em um determinado período) vêm apresentando resultados desfavoráveis, e o grande desafio dos governantes é conseguir garantir o processo de solidificação da economia dentro dessa lógica de internacionalização.

A internacionalização econômica pode ser compreendida como um grande mercado, resultado máximo do processo de globalização.

A partir dos anos 1990, com o fim da lógica da bipolaridade entre capitalismo e socialismo, que era determinada pela Guerra Fria, as nações do mundo começaram um processo de estreitamento de laços por meio da superação de barreiras físicas e geográficas, bem como pela superação de barreiras políticas e ideológicas.

O modelo de um mundo globalizado e o processo de internacionalização ultrapassam qualquer barreira de esfera econômica e abrangem áreas como ciência, política, cultura etc.

Apesar de o processo de globalização ter como proposta uma maior interação entre os povos e as nações nos âmbitos político, econômico, cultural, territorial e financeiro, favorecendo a construção de uma nova ordem mundial, o que se observa atualmente é justamente o oposto: um movimento de **desglobalização**, no qual os países adotam medidas protecionistas e restritivas, refletindo uma tendência da sociedade contemporânea marcada pelo fechamento e por uma espécie de isolamento.

Um exemplo desse processo é a guerra comercial entre os EUA e a China, disputando mercados, áreas de influência, inovações tecnológicas etc.

Nosso país começa a se inserir nesse contexto com uma participação mais expressiva no cenário econômico mundial a partir da década de 1950, quando o então presidente JK implementa uma política governamental baseada na participação do capital privado, tanto nacional quanto internacional, com o objetivo de desenvolver o país em diversas áreas, como transporte, energia, portos, entre outras, por meio de políticas de incentivos fiscais.

Esse modelo desenvolvimentista do governo JK ficou conhecido como Plano de Metas e tinha o seguinte slogan: “desenvolver o país 50 anos em 5”.

A política do governo, aliada à lógica do capital — representada por investidores nacionais e estrangeiros —, somada à disponibilidade de mão de obra, à expansão contínua do mercado consumidor e às

reservas de fontes de energia e matérias-primas, contribuiu para atrair empresas transnacionais estrangeiras para o território brasileiro.

O parque industrial brasileiro foi expandido e houve um crescimento na produção industrial de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos).

O processo de industrialização do país ocorreu de forma tardia e o modelo de produção adotado foi o fordismo, um sistema tradicional que via a capacidade de produção e a instalação dos grandes parques industriais como elementos fundamentais para o desenvolvimento da atividade industrial.

Esse modelo foi concretizado com o presidente JK e ampliado de forma significativa durante o governo dos militares (1964–1985).

Os governos militares investiram de forma pesada na infraestrutura, realizando várias obras que foram denominadas faraônicas.

Os investimentos ocorreram em áreas como usinas hidrelétricas e rodovias em diversas localidades do país.

No Sudeste brasileiro, em especial no estado de São Paulo, os municípios localizados no interior começavam a desenvolver seus parques industriais.

O final da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pela ocorrência do “Milagre Econômico Brasileiro”, uma série de eventos e ações que elevaram nosso país ao posto de oitava maior economia do mundo no ano de 1973, em que as taxas de crescimento do PIB brasileiro chegavam a 10%.

A implantação do modelo fordista em nosso país promoveu, sim, um crescimento econômico que, entretanto, não foi acompanhado de um desenvolvimento estrutural regional.

Importante!

O crescimento do PIB e um aumento da renda per capita (por pessoa) nem sempre são acompanhados de uma **melhoria na qualidade de vida** dos cidadãos (visto que nosso país tem um histórico de desigualdades sociais).

O crescimento econômico ocorrido durante o governo militar foi responsável pela formação de uma infraestrutura técnica e logística voltada ao desenvolvimento; no entanto, faltou uma política de planejamento, continuidade e definição de prioridades.

Como resultado, na década seguinte (anos 1980), os militares não conseguiram dar continuidade a esse processo, e houve uma saturação e um esgotamento da capacidade do Estado de implementar políticas de desenvolvimento e de instalação de indústrias.

O modelo no qual o Estado era agente regulador do processo de desenvolvimento da economia, chamado por muitos de **Estado empresário**, aos poucos dava sinais de que se esgotaria.

A implantação de políticas econômicas que não foram bem-sucedidas provocou o aumento da inflação e da dívida externa do país.

As grandes potências do mundo, no mesmo período, começavam a adotar medidas econômicas neoliberais que buscavam uma redução do papel do Estado em vários setores da economia.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Maranhão situa-se a noroeste da Região Nordeste e ocupa uma posição de transição entre o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste do Brasil. Essa condição intermediária faz com que o estado seja tratado, ao lado do Piauí, como parte do Meio-Norte, faixa em que o sertão nordestino cede lugar às paisagens amazônicas e aos cerrados do Brasil central.

A condição de transição também se manifesta nos ambientes naturais do território maranhense, que reúne três grandes domínios em um mesmo recorte. A porção ocidental recebe a influência úmida da Amazônia, o centro-sul é dominado pelo cerrado e o leste aproxima-se das condições semiáridas da caatinga, o que confere ao estado grande diversidade de climas, solos e vegetação em um mesmo recorte territorial.

Quanto às coordenadas, o Maranhão localiza-se quase inteiramente no Hemisfério Sul e muito próximo da linha do Equador, o que explica as temperaturas elevadas durante todo o ano. O norte do estado é banhado pelo oceano Atlântico, ao passo que o interior se estende rumo ao sul até alcançar as chapadas que marcam a divisa com o Tocantins, o Piauí e a Bahia. O estado adota o horário de Brasília, três horas atrás do meridiano de Greenwich.

SUPERFÍCIE

A superfície do Maranhão é de aproximadamente 329,7 mil km², segundo a divulgação mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa extensão coloca o estado como o oitavo maior do Brasil e o segundo maior da Região Nordeste, atrás apenas da Bahia.

O território maranhense reúne 217 municípios e abriga uma população em torno de 6,8 milhões de habitantes, conforme o Censo de 2022. A capital, São Luís, localiza-se em uma ilha do litoral norte, no chamado Golfão Maranhense, e concentra a maior densidade populacional e a principal estrutura administrativa e portuária do estado.

A faixa litorânea maranhense é a segunda mais extensa do país, com cerca de 640 quilômetros de costa voltados para o oceano Atlântico. Esse litoral abriga a maior concentração de manguezais do Brasil e um grande número de municípios costeiros, o que dá ao estado posição de destaque entre as unidades litorâneas da federação.

LIMITES E LINHAS DE FRONTEIRA

Os limites do Maranhão são formados por três estados vizinhos e por uma extensa fronteira marítima. A norte, o estado é banhado pelo oceano Atlântico.

A leste e a sudeste, faz divisa com o Piauí; ao sul e a sudoeste, com o Tocantins; e a oeste, com o Pará.

Boa parte das divisas maranhenses acompanha limites naturais, com destaque para os grandes rios que separam o estado de seus vizinhos. O rio Parnaíba desenha quase toda a fronteira leste com o Piauí, correndo do sul do estado até a foz no oceano Atlântico, onde forma um amplo delta compartilhado pelas duas unidades da federação.

Na porção ocidental, a divisa com o Pará é marcada ao noroeste pelo rio Gurupi e, mais ao sul, pelos rios Tocantins e Araguaia, que também separam o Maranhão do Tocantins. Esses cursos de água definem grande parte do contorno do estado e reforçam a função histórica dos rios como referência para o traçado das fronteiras.

Ao sul, a fronteira eleva-se sobre a Chapada das Mangabeiras, área de relevo mais alto onde o Maranhão encontra o Tocantins, o Piauí e a Bahia. Nessa região nascem o rio Parnaíba e diversos afluentes, o que faz do extremo sul maranhense uma importante zona de nascentes.

Dica

Para fixar as divisas naturais, associe cada limite a uma referência física. O rio Parnaíba fica a leste, na fronteira com o Piauí; os rios Gurupi, Tocantins e Araguaia ficam a oeste, na divisa com o Pará e o Tocantins; e a Chapada das Mangabeiras marca o sul, no encontro com Tocantins, Piauí e Bahia.

PONTOS EXTREMOS

Os pontos extremos do Maranhão marcam os limites máximos do território nos sentidos norte, sul, leste e oeste, e coincidem, em grande parte, com as divisas naturais do estado. Sua identificação ajuda a dimensionar a extensão do Maranhão no sentido norte-sul, que vai do litoral atlântico às chapadas do interior.

- ao norte, o litoral banhado pelo oceano Atlântico, na região próxima à foz do rio Gurupi;
- ao sul, a Chapada das Mangabeiras, no município de Alto Parnaíba, na divisa com o Tocantins, o Piauí e a Bahia;
- a leste, o curso do rio Parnaíba, na região de Araioes, próximo ao delta;
- a oeste, a confluência dos rios Tocantins e Araguaia, na divisa com o Pará.

A grande distância entre esses extremos revela a diversidade interna do estado, que combina ambientes litorâneos, planícies inundáveis, chapadas e cerrados em um único território.

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)

As áreas de proteção ambiental, conhecidas pela sigla APA, são unidades de conservação de uso sustentável previstas na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei nº 9.985, de 2000.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PM-MA

DECRETO Nº 88.777/1983 E SUAS ALTERAÇÕES (REGULAMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES)

O Decreto nº 88.777, de 1983 regulamenta o Decreto-Lei nº 667, de 1969, o qual reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares. Isso significa dizer que, enquanto o Dec-Lei dispõe sobre regras gerais, o referido Decreto apresenta o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), trazendo princípios e normas específicas que visam a garantir a aplicação daquele.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objetivo do Decreto nº 88.777, de 1983

Art. 1º Fica aprovado o *Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200)*, que com este baixa.

O Decreto nº 88.777, de 1983 veio com o objetivo de aprovar o R-200. A norma possui apenas dois artigos – o que aprova o Regulamento e o que dispõe sobre a vigência e revogação de normas anteriores. Neste sentido, o R-200 possui numeração de artigos independente do Decreto.

REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES (R-200)

Finalidade

Art. 1º Este Regulamento estabelece princípios e normas para a aplicação do Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983.

Conforme vimos, o R-200 veio para regulamentar o Decreto-Lei nº 667, de 1969. Lembre-se, sempre, de que um Regulamento consiste em um tipo de norma criado pelo Poder Executivo, para garantir a correta aplicação de uma Lei.

Da Conceituação e Competência

Art. 2º Para efeito do Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969 modificado pelo Decreto-lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, e deste Regulamento, são estabelecidos os seguintes conceitos:

O art. 2º, do R-200, apresenta 34 (trinta e quatro) conceitos que são utilizados no Decreto-Lei nº 667, de 1969. Vejamos cada um deles:

Art. 2º [...]

1. À disposição - É a situação em que se encontra o policial-militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado.

É muito comum um policial ou um bombeiro militar ficar **à disposição** de órgãos, por exemplo, como a Casa Civil ou a Presidência da República, atuando na segurança do Governador ou do Presidente da República, entre outras autoridades e seus familiares.

Art. 2º [...]

2. Adestramento - Atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução.

O **adestramento** é uma atividade rotineira no meio militar que busca manter a constante capacidade de prontidão.

Art. 2º [...]

3. Agregação - Situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

São exemplos de situações que ocasionam a **agregação**, entre outras, a colocação do militar à disposição exclusiva do Ministério da Defesa ou da Força Armada; quando houver ultrapassado um ano contínuo de licença para tratamento de saúde própria; quando for afastado, temporariamente, do serviço ativo, por ter sido julgado, por Junta de Saúde, temporariamente incapaz, após um ano contínuo de tratamento.

Art. 2º [...]

4. Aprestamento - Conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato.

Quando comparado com o **adestramento**, o **aprestamento** tem a característica de ser mais amplo: não se refere apenas ao preparo do policial ou da equipe policial, mas à preparação da organização militar como um todo, para o pronto emprego.

ADESTRAMENTO	APRESTAMENTO
Preparação do policial ou da equipe policial	Preparação da organização militar como um todo

Art. 2º [...]

5. Assessoramento - Ato ou efeito de estudar os assuntos pertinentes, propor soluções a cada um deles, elaborar diretrizes, normas e outros documentos.

6. Comando Operacional - Grau de autoridade que compreende atribuições para compor forças subordinadas, designar missões e objetivos e exercer a direção necessária para a condução das operações militares.

7. Controle - Ato ou efeito de acompanhar a execução das atividades das Polícias Militares, por forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe forem estabelecidos pela União, na legislação pertinente.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

LEI ESTADUAL Nº 6.513/1995 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO MARANHÃO)

A Lei nº 6.513, de 1995, é uma lei estadual do Maranhão que institui o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado. Ela regula a situação jurídica, as obrigações, os direitos, os deveres e as prerrogativas dos integrantes da Corporação, do ingresso na carreira até a passagem para a inatividade. É a norma-matriz do servidor público militar estadual, à qual se subordinam os regulamentos de disciplina, de promoção e de uniformes editados no âmbito da instituição.

O Estatuto foi editado sob a Constituição de 1988, que trata os militares dos Estados no art. 42 e submete a Polícia Militar aos princípios da hierarquia e da disciplina. A norma organiza, em um único diploma, a vida funcional do policial-militar, de modo que a atuação da tropa não dependa de decisões isoladas de cada comando, mas de regras estáveis e conhecidas. A ela se somam o Decreto-Lei Federal nº 667, de 1969, que reorganiza as Polícias Militares, e a legislação estadual específica sobre promoções, remuneração e disciplina.

Para fins de concurso, concentram-se maior atenção os conceitos de servidor militar e de carreira, os requisitos de ingresso (idade, altura, escolaridade e exames), a definição de hierarquia e disciplina, os círculos hierárquicos e a precedência, o rol de deveres e da ética, os direitos e prerrogativas e as hipóteses de passagem para a inatividade.

Art. 1º Esta Lei regula a situação, obrigações, direitos, deveres e prerrogativas dos policiais-militares da Polícia Militar do Maranhão.

O artigo delimita o objeto do Estatuto, pois a norma não cuida da estrutura organizacional da Corporação, mas da situação jurídica do seu pessoal, ou seja, do conjunto de relações que ligam o policial-militar ao Estado. Reúne em cinco palavras-chave todo o alcance da lei: situação, obrigações, direitos, deveres e prerrogativas.

O destinatário é o policial-militar da Polícia Militar do Maranhão, e não o servidor civil, que se rege pelo estatuto próprio dos funcionários públicos estaduais. Essa separação de regimes decorre da natureza militar da atividade, marcada pela hierarquia e pela disciplina.

Art. 2º Os integrantes da Polícia Militar constituem a categoria de Servidores Públicos Militares do Estado.

§ 1º São equivalentes as expressões “servidor público militar estadual”, “servidor público militar”, “militar”, “policial militar” e “servidor militar do Estado” para fins deste Estatuto.

§ 2º Os servidores públicos militares encontram-se em uma das seguintes situações:

I - na ativa:

a) os militares de carreira;

b) os incluídos na Polícia Militar, voluntariamente, durante o tempo que se comprometeram a servir;

c) os componentes da reserva remunerada, quando convocados;

d) os alunos dos cursos de formação de policiais-militares;

II - na inatividade:

a) os militares na reserva remunerada sujeitos à convocação;

b) reformados, por terem sido dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, continuando a perceber remuneração do Estado.

§ 3º Militares de carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, têm estabilidade assegurada ou presumida.

O policial-militar é servidor público militar do Estado, categoria distinta do servidor civil e também dos militares das Forças Armadas, que são servidores militares da União. O § 1º trata como equivalentes várias expressões, de modo que a troca de uma pela outra ao longo do texto não altera o sentido.

O § 2º apresenta a grande divisão do pessoal: os que estão na ativa e os que estão na inatividade. Na ativa figuram os militares de carreira, os incluídos por tempo determinado, os componentes da reserva quando convocados e os alunos dos cursos de formação. Na inatividade estão os da reserva remunerada, ainda sujeitos à convocação, e os reformados, definitivamente afastados do serviço.

O § 3º define o militar de carreira pela conjugação de dois traços: o desempenho voluntário e permanente do serviço e a estabilidade, que pode ser assegurada ou presumida. Note que o aluno de curso de formação está na ativa, mas ainda não é militar de carreira, pois não conta com estabilidade.

Art. 3º O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

O dispositivo define o serviço policial-militar pela sua finalidade constitucional, já que a Constituição, no art. 144, § 5º, atribui às polícias militares o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. É essa missão que dá conteúdo às atividades exercidas pelo militar estadual e a diferencia da atuação da polícia civil, voltada à apuração de infrações penais.

Art. 4º A carreira policial-militar é caracterizada por atividade contínua devotada às finalidades da Polícia Militar.

§ 1º A carreira policial-militar é privativa dos militares da ativa, inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

§ 2º É privativa de brasileiro nato a carreira de Oficial da Polícia Militar.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das características foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado:** o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso Snap Layouts:** o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo “memorizar” o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado:** o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- **Widgets:** o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado:** o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente:** é um recurso que

[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE (Personal Data Encryption):** um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada:** recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

ANALOGIAS

Neste processo de raciocínio chamado analogia, são estabelecidas comparações entre situações conhecidas e desconhecidas, buscando semelhanças. A analogia sugere a existência de alguma similaridade entre as proposições, constituindo, assim, uma premissa parcial.

A premissa parcial serve como ponto de partida para outra premissa, cuja função é fornecer informações essenciais que conduzirão à conclusão desejada. É imperativo que essas premissas sejam verdadeiras para garantir a validade do argumento.

Exemplificando:

- Todas as verduras são saudáveis;
- Todos os brócolis são verduras.

■ **Conclusão:** Portanto, todos os brócolis são saudáveis.

INFERÊNCIAS

As inferências no raciocínio lógico-matemático referem-se à capacidade de deduzir informações ou conclusões com base em premissas estabelecidas. Os teoremas matemáticos são frequentemente derivados por meio de inferências lógicas. Ao conectar proposições iniciais, os matemáticos inferem resultados adicionais, estendendo o conhecimento além do explicitamente declarado.

Em outras palavras, pode-se dizer que inferência é o processo pelo qual, a partir de uma ou mais premissas, se derivam novas proposições. Quando uma inferência é considerada válida, isso implica que a nova proposição pode ser aplicada em outros raciocínios lógicos. A construção de inferências parte de hipóteses, permitindo a dedução de conclusões.

Pensando nisso, o silogismo desempenha um papel fundamental na inferência, sendo uma estrutura composta por duas premissas (proposições) e uma conclusão. O raciocínio dedutivo é empregado para chegar a essa conclusão, explorando as informações contidas nas premissas. Vale ressaltar que **nem todas as inferências conduzem a conclusões verdadeiras**.

Um exemplo ilustrativo é afirmar que todas as galinhas possuem duas patas, mas seria inadequado inferir que tudo que possui duas patas é uma galinha. A validade das inferências está intrinsecamente relacionada à precisão das premissas.

A qualidade da inferência é, também, influenciada pela riqueza de características contidas nas premissas. Quanto mais informações estiverem presentes na premissa, maior é a probabilidade de realizar inferências nessas precisas. Essa capacidade é evidenciada quando, diante da pergunta sobre uma ave de duas

patas com crista vermelha, é possível inferir, com maior confiança, que se trata de uma galinha.

DEDUÇÕES

A dedução inicia-se a partir de uma certeza, uma premissa universal, com o objetivo de alcançar uma conclusão, ou seja, ela se move do **geral para o específico**. Este método parte de uma informação ampla para desvendar uma verdade específica. A segurança na conclusão é reforçada pelo uso de premissas já aceitas, proporcionando uma base sólida e amplamente reconhecida.

Vejamos um exemplo para compreender melhor:
Todos os seres humanos são mortais.
Rômulo é um ser humano.
Logo, Rômulo é mortal.

Ao contrário da dedução, temos a **indução**, que se move do **específico para o geral**. Veja o seguinte exemplo para compreender melhor:

Todas as maçãs que já comi eram doces.
A última maçã que comi era doce.
A maçã que comprei hoje também é doce.
Logo, todas as maçãs são doces.

CONCLUSÕES

As conclusões no raciocínio lógico matemático representam o resultado de um processo dedutivo bem-sucedido. Elas sintetizam as inferências, evidenciando a verdade lógica derivada das premissas iniciais.

Uma conclusão matemática é geralmente uma afirmação clara e inequívoca que expressa um resultado específico. A precisão é crucial, pois as conclusões matemáticas formam a base para avançar em direção a novos problemas e desafios dentro da disciplina.

Vejamos alguns exercícios comentados a seguir:

1. **(NOVA CONCURSOS)** Leia a afirmação a seguir e responda à questão.

“Se todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação e alguns funcionários proficientes em programação falam inglês fluente”, então podemos concluir que:

- a) Todos os funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- b) Alguns funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- c) Nenhum funcionário do setor de TI fala inglês fluente.
- d) Alguns funcionários proficientes em programação não falam inglês fluente.

A premissa inicial é que todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação, e sabemos que alguns dos proficientes em programação falam inglês fluente. Logo, é possível concluir que, como todos do setor de TI são proficientes em programação, alguns deles falam inglês fluente. Não é possível afirmar que todos do setor de TI falam inglês fluente (letra a) ou que nenhum fala (letra c). A letra b nos parece uma boa alternativa, mas sabemos que alguns proficientes em programação falam inglês fluente, mas não necessariamente

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO